

Aos dezesseis (16) dias do mês de abril de 2019, às dezenove horas e vinte minutos (19h20min) instalou-se a reunião ordinária do Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FMPE/BH), no Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (SINEP/MG), com a seguinte pauta: **1-** Informes; **2-** Apresentação das avaliações dos Grupos de Trabalho dos eixos: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Financiamento. A reunião contou com a presença dos seguintes membros: Analise de Jesus da Silva, Joel Dias de Rezende Júnior, Gilson Reis, Lucas José Magalhães Alves, Ângela Maria R.F. Barreto, Vera Lúcia Otto Diniz, Cláudia Lopes da Costa, Márcia de Fátima N. Cruz, Lucas Reis Ávila, Moacir Gonçalves Marinho, Soraia Feliciano Mercês, Galdina de Souza Arrais, Edson Miguel Barcelos, Maria Aparecida V.F. Rocha, Marcos Evangelista Alves, Naila Garcia Mourthé e Fabrícia de Oliveira Silva. Os membros Rui César Resende de Souza, José Álvaro Pereira da Silva, Welessandra A. Benfica e Maria do Socorro Lages Figueiredo tiveram suas ausências justificadas. Contou, ainda, com a presença de Luis Henrique (assessor do Vereador Gilson Reis) e Pollyane do Amaral (assessora da Vereadora Maria Aparecida V.F. Rocha) e com Alex Sandro da Silva Gomes (Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças da Secretaria Municipal de Educação - SMED), como convidados. Elias José L. de Freitas e Vanessa Márcia da Cunha foram os secretários executivos, conforme lista de presença anexa. O coordenador Marcos Evangelista Alves iniciou a reunião agradecendo o espaço cedido para realização desta reunião e o oferecimento de lanche à Lucas Reis Ávila. Reiterou que reuniões itinerantes são importantes para caracterizar que o Plano Municipal de Educação (PME/BH) não é um plano da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), e sim, da cidade. Em seguida, informou que: 1) será necessário marcar mais espaços para que as reuniões sejam itinerantes; 2) foram distribuídas as impressões do Caderno do PME/BH que avaliou ter ficado resumido, prático e bonito. Não sendo possível imprimir para todas as escolas, ele foi enviado por e-mail para todas as escolas e creches parceiras; 3) foi encaminhado, também, para todas as escolas e creches parceiras, o cartaz publicitário do PME/BH e uma carta de apresentação do Fórum, solicitando ampla divulgação. Lucas Reis Ávila enviou os Cadernos e cartazes para as escolas particulares; 4) o Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH) tem feito reuniões regionalizadas com os pais para que tomem conhecimento sobre o PME/BH; 5) no dia 24/04, o prefeito publicará o decreto para a realização da IX Conferência; há a necessidade de se tirar os representantes da Comissão Organizadora da Conferência, após as apresentações dos GTs; 6) há nova planilha do PME - ano 2019 a ser avaliada. O secretário executivo Elias José L. de Freitas exibiu a planilha de monitoramento do PME com os dados do município – 2018, e apresentou as novas abas da planilha – 2019, a serem preenchidas pelos GTs do Fórum. Apresentou, também, a planilha com os dados do Estado - que será compartilhada com todos os GTs. Logo após, deu-se início à apresentação do 1º GT – eixo Educação Infantil, meta 1. Ângela Maria R.F. Barreto apresentou os membros que compõem seu grupo de trabalho e descreveu a metodologia utilizada: fizeram entrevista com a Gerência da SMED e começaram a construir o acompanhamento da meta relativa à Educação Infantil. Além da entrevista citada conversaram com pessoas da rede municipal e das regionais, utilizando a experiência de acompanhamento e monitoramento no Fórum Mineiro da Educação Infantil, do qual ela e Vera Lúcia Otto Diniz fazem parte. Continuou dizendo que tiveram problemas com relação às informações, nem tanto com as das estratégias, mas com as relativas à meta em si e que verificaram estratégias avançadas, entendendo o impacto que as mesmas geram em toda rede municipal. Falou que precisam de mais informações quantitativas da rede parceira e do setor privado, que ainda não foi

acessado. Disse que a grande novidade neste eixo é o Cadastro Único de Matrículas. Consideram um avanço, porém avaliam que ele apresenta limites. Explicou que não conseguiram entrar em detalhes e que precisam entender melhor; saber se BH está conseguindo cumprir a meta relativa à Ed. Infantil ao cumprir as estratégias que a ela dizem respeito no PME/BH. Não conseguiram avaliar isto por não ter dados quantitativos exatos, precisam de mais informações, como por exemplo o patamar do atendimento por idade. Disse que esta questão ainda deve ser discutida por não terem informação de como o cadastro está atendendo e preenchendo as vagas ofertadas. Ainda, se as famílias estão sendo atendidas, porque há reclamações de famílias e lista de espera paralela ao cadastro que não constam no mesmo. O GT apresentou a meta 1.4 e Vera Lúcia Otto Diniz explicou a dificuldade de se fazer *ranking* de vulnerabilidade porque a própria família é que fornece suas informações, não sendo possível comparar as informações com órgãos como a Saúde ou outro. Disse, também, que não há “cultura” de se fazer cadastro para atendimento, tendo sido uma inovação em 2018; que são muitas demandas, não conseguindo mensurar essa “cultura” do cadastro. Avaliou que muitas famílias por não saberem, não terem acesso e devido à vulnerabilidade, estão “ficando de fora” do cadastro. Soraia Feliciano Mercês perguntou se as escolas estão abertas para se fazer o cadastro e Vera Lúcia Otto Diniz respondeu que, além das escolas, as regionais, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Conselho Tutelar estão abertos para a realização do cadastro, mas há ainda a necessidade de melhoria de divulgação e de acesso ao mesmo. Continuou apresentando os dados da RME - estratégia 1.13 -, e comentou sobre o avanço de atendimento de demanda de crianças cadastradas em 2018 de 50%, com atendimento de 70%. Naila Garcia Mourthé comentou que o dado é interessante porque foi feito “em cima de demanda manifesta”. Disse que o município não tem feito busca ativa, que a cidade de Belo Horizonte teve grande avanço, mas existem passos a serem dados, como participar da busca ativa. Claudia Lopes da Costa falou que BH não está atendendo as crianças em horário integral e isso fez com que muitas pessoas que realmente necessitam, buscassem outras alternativas; ou seja, dessa forma não atende a população da cidade. Naila Garcia Mourthé narrou que a ferramenta “TCE Educa” está aguardando para fazer a projeção populacional, sendo que com os dados atuais - Censo 2010 - pode-se ter mera expectativa porque ela não conta com o fluxo migratório. Os dados do Censo devem ser divulgados em maio e pode ser que BH não esteja “tão bem na fita”. Analise de Jesus da Silva argumentou que a PBH apresenta dados como sendo dela, o que pertence à rede parceira e perguntou se a PBH continua arcando com dívidas da rede parceira. Vera Lúcia Otto Diniz respondeu que sim, há uma política de acompanhamento e esclareceu sobre a rede própria e a rede parceira. Gilson Reis questionou sobre a fonte dos dados e Vera Lúcia Otto Diniz respondeu que a fonte é a Gerência da Educação Infantil da SMED. Analise de Jesus da Silva perguntou qual foi o avanço em termos de meta e Vera Lúcia Otto Diniz respondeu que as informações ainda são qualitativas e não quantitativas. O secretário executivo Elias José L. de Freitas descreveu o processo de monitoramento, dizendo que agora a avaliação é pontual e que foram inseridos na planilha de monitoramento do PME de 2019, os indicadores. Analise de Jesus da Silva anunciou que se não tem-se como comprovar o dado apontado, o Fórum não tem como dizer se alcançou ou não a meta, mesmo com indicador externo. Disse que se preocupa com o que eles, enquanto Fórum, vão fazer na conferência. Ângela Maria R.F. Barreto fez uma observação quanto ao monitoramento feito pelo seu GT: foi realizado um acompanhamento das estratégias, ficando preso nas mesmas perdendo de vista a meta. Complementou dizendo que o conjunto das estratégias não garante o cumprimento das metas porque elas não estão “amarradas”. Maria Aparecida V.F. Rocha falou que a própria escola é o lugar da busca ativa, sendo este um desafio enorme. Que impressiona-se pela evolução no processo de cadastramento por um lado, e, por outro, a “perda” da família que busca a escola. Expressou que é preciso criar um

vínculo/laço com as famílias para que elas possam ter acesso à escola quando precisam. Gilson Reis perguntou quem controla o cadastro e disse que quem controlar o cadastro controla o processo. Vera Lúcia Otto Diniz explicou o processo histórico de procura de vagas e Gilson Reis disse ser necessário pensar em como estruturar isso, que pode ser um trabalho de pesquisa, às vezes. Perguntou se o grupo avaliou a efetividade do cumprimento da meta e Ângela Maria R.F. Barreto respondeu que várias iniciativas estão sendo implementadas, até como projetos pilotos. Galdina de Souza Arrais falou que quando conseguirem os dados de cada sistema de ensino poderão verificar se de fato a meta foi cumprida quantitativa ou qualitativamente. Ângela Maria R.F. Barreto avaliou que é complicado fazer este estudo e perguntou como fazê-lo. Gilson Reis disse que o Fórum tem que ter estrutura de técnicos para fazer este trabalho. Galdina de Souza Arrais expressou que o caminho é o Conselho Municipal de Belo Horizonte (CME/BH) que possui dados de todas as escolas do setor privado. Lucas Reis Ávila revelou que obter dados do setor privado é muito difícil, que o SINEP não possui dados porque as escolas não são obrigadas a sindicalizar e nem a fornecer dados. Analise de Jesus da Silva propôs encaminhamento de logo depois da apresentação, passar para a eleição da representação do FMPE na Comissão Organizadora da IX Conferência. Gilson Reis perguntou quantas representações presentes naquele momento e quantos compõem a referida comissão. O Coordenador respondeu que haviam 14 presentes de um total de 22 e quanto à coordenação, 3 representantes seriam do Fórum. Perguntou quem se dispunha a representar este Fórum. Lucas José Magalhães Alves, Joel Dias de Rezende Júnior e Soraia Feliciano Mercês se propuseram, sendo eleitos por aclamação. Logo após, o Coordenador passou para a próxima apresentação, pedindo a Naila Garcia Morthé que apresentasse o eixo financiamento. Naila Garcia Morthé falou da dificuldade de acompanhamento, conforme todas as demais metas e que Belo Horizonte tem tentado criar um mecanismo muito interessante, considerando que o financiamento aparece em todas as metas do plano. Convidou o desenvolvedor da ferramenta de acompanhamento do referido eixo, Alex Sandro da Silva Gomes à explanação. Ele se apresentou e disse que: 1) o recurso está alocado nas 19 metas; 2) trabalhou na rede própria e parceira com foco na abordagem de números da RME; 3) encaminhou para a secretaria executiva os números das demais metas. Informou que a meta 20 - financiamento - apresenta 3 principais eixos com aporte de recurso para a Educação, Controle Social para gastos públicos e modelo de desenvolvimento do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno Qualidade (CAQ). Disse que quase nada avançou de 2014 até hoje, que o controle social está caminhando, sendo o sub eixo mais efetivo e o que mais evoluiu. Acrescentou que, para BH, nada mudou acerca das fontes dos recursos financeiros, sendo eles: Recurso Originário do Tesouro (ROT), recursos do Fundeb e do Salário-Educação, sendo que o principal desafio a enfrentar é o desprovimento de novo recurso. Disse que as estratégias do PME/BH se repetem muito, havendo, então, muitos cruzamentos de informações. Usou duas formas de apuração: 1) respeitou as repetições e cruzou as informações; 2) retirou as duplicidades. Mapeou as 19 metas onde 13 delas contemplam a RME. Falou que em 2007, o Fundeb promoveu avanços e, em 2014, com a Lei, houve mais avanços, inclusive físicos nos prédios das instituições. Que os dados apresentados estão abertos a aperfeiçoamento, não usou-se metodologia científica, oficial, tendo sido um ponto de partida. Que ter um plano já é um avanço por si só e hoje o PME/BH é premissa para o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Reiterou que ter um plano como ferramenta de gestão é muito importante e se disponibilizou a apresentar meta por meta e passar para todos a planilha já encaminhada, em outro momento. Gilson Reis disse que se está discutindo a rede municipal e não a rede como um todo; que imagina “o buraco que estamos emitindo com dados só do CAQ da rede”. Apontou como problema uma discussão desta natureza já que existem problemas macro estruturais no financiamento da educação no país. Como exemplos citou: 1) fazer avaliação somente da

RME e não do conjunto; 2) a Emenda Constitucional nº 95 que congelou os gastos com políticas sociais, a redução de investimento, a lei orçamentária que retirou financiamento da educação e o Fundeb que tem validade até 2020 não se sabendo o que ocorrerá após este término. Reiterou que se está discutindo um plano que deveria ter financiamento, diante de um cenário que não se sabe o que acontecerá. Ainda, nas vésperas de uma conferência que deve-se discutir as metas de um plano onde o referencial custo/aluno foi descartado. Alex Sandro da Silva Gomes disse que sobre o Fundeb, propostas estão tramitando no Congresso Nacional para sua continuidade a partir de 2021. Explicou que a tramitação “gira em torno” dos critérios que prevalecerão a partir de 2021, e que não acredita no fim deste modelo de financiamento. Disse, ainda, que a principal receita complementar do município é do Fundeb. Galdina de Souza Arrais falou que participou da elaboração dos planos e que existia um avaliador educacional - a sra. Geralda - responsável por buscar e enviar os dados. Disse que está incomodada, porque acredita que os dados não estão “perdidos por aí”. O secretário executivo explicou que a interlocução com o novo avaliador educacional, sr. Sérgio Pires, não tem descido a estes detalhes. Edson Miguel Barcelos disse que não tem avaliador educacional em sua cidade desde 2018. Naila Garcia Mourthé pronunciou que achou interessante o que a PBH começou a desenvolver porque fez estimativa de valores gastos na educação, o que considerou um avanço. Complementou dizendo que os custos das escolas particulares não são mensuráveis. Análise de Jesus da Silva sugeriu que a SMED faça consulta ao governo federal e de estado para pedir os dados da educação, considerando a proximidade da conferência. O coordenador Marcos Evangelista Alves perguntou se não deveria ser o Fórum. Ela respondeu que não e comunicou que o Fórum Estadual de Educação está com uma dinâmica de Seminário Aberto e no dia 14/05, às 19h, na Assembleia Legislativa, com formato de audiência pública, ocorrerá o seminário cuja temática é o Novo Fundeb com Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e convidou a todos a estarem presentes. Gilson Reis avaliou que a referência da rede como CAQ pode ser apresentada como ponto de partida, embora ele entenda que “ajuda, mas não resolve”. Por isso que o CAQ tinha padrão definido para todo o sistema e não apenas para uma rede. Joel Dias de Rezende Júnior pediu desculpas por não poder realizar sua apresentação, devido o adiantado da hora. O secretário executivo, Elias José informou que a próxima reunião ocorrerá no TCE MG. O coordenador Marcos Evangelista Alves comunicou que os próximos eixos a serem apresentados seriam Educação Fundamental, EJA e Ensino Superior, sendo as próximas reuniões mensais. Galdina de Souza Arrais disse que está sentindo falta do coordenador da Comissão Especial de Mobilização e Divulgação (CEMD). Maria Aparecida V.F. Rocha pediu desculpas pelo período de ausência e disse que não conseguiu entrar em nenhum GT, mas quer levar esse diálogo à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Análise de Jesus da Silva leu uma notícia recebida no facebook dizendo que existe um decreto do governo federal com a proposta de extinção de cursos superiores que formem 50% ou menos dos alunos inicialmente matriculados. Falou com indignação, afirmando que o caso seria corrigir causas da evasão e não acabar com o curso. O Coordenador encerrou reunião às vinte e uma horas e dezessete minutos (21h17min).